



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira¹
Catharina Cavalcanti de Melo²

Resumo: Neste artigo promove-se uma reflexão sobre as concepções e matrizes metodológicas utilizadas na Política de Assistência Social. As análises desenvolvidas basearam-se numa pesquisa qualitativa com Assistentes Sociais atuantes na Política de Assistência Social. Buscou-se levantar elementos dos valores que norteiam a profissão e elucidar itens relevantes em relação ao exercício profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Conservadorismo; Política de Assistência Social; Exercício profissional.

Abstract: In this article we promote a reflection on the conceptions and methodological matrices used in the Social Assistance Policy. The analyzes developed were based on a qualitative research with social workers working in the Social Assistance Policy. It was sought to raise elements of the values that guide the profession and to elucidate relevant items in relation to the professional exercise.

Keywords: Social Service; Conservatism; Social Assistance Policy; Professional exercise.

INTRODUÇÃO

Para apreender as concepções e as matrizes metodológicas que norteiam a atuação das/os Assistentes Sociais trabalhadoras/es do espaço sócio ocupacional da Política de Assistência Social consideramos importante, inicialmente, refletir acerca da trajetória sócio histórica da profissão e de como se processaram as modificações no âmbito profissional, sobretudo em suas dimensões teórica, ideopolítica e organizativa.

O Serviço Social no Brasil tem sua gênese na década de 1930, num período de crescente industrialização, envolvido com os interesses da burguesia e possuindo grande interferência católica e de cunho conservador, atuando como mediador de classes e visando uma harmonia social através da execução de políticas sociais como estratégia de contenção da classe trabalhadora mais reivindicatória. Esse processo não ocorreu de forma linear nem natural, pelo contrário, para compreender o surgimento e a trajetória sócio histórica do Serviço Social no Brasil é necessário considerar alguns

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <edistia@uol.com.br>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <edistia@uol.com.br>.

processos históricos complexos que contribuíram para impulsionar a profissão no país e que possuem compreensões divergentes até mesmo dentro da categoria profissional.

Primeiramente observou-se a necessidade de uma mudança estrutural na forma de intervenção do Estado perante os processos econômicos por consequência da ascensão do capitalismo monopolista,

Nisso temos a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir (em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social” (FORTI, 2013, p. 51)

Outro elemento relevante foi a busca pela restauração da hegemonia ideológica da igreja católica, que procurava se reaproximar do Estado e da sociedade a fim de manter sua soberania, em declínio, fomentando uma maior adesão à Ação Social Católica, por meio do fortalecimento da Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha como intuito disseminar a doutrinação da igreja, visando uma reforma social e moral, através das encíclicas papais “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891 e “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931. Tais estratégias tratavam da questão social atrelada à ideologia moral do catolicismo. Para Iamamoto:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases profissionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 1992, p.18).

Nesse sentido, a caridade tradicional passa a se desenvolver de forma mais sistematizada ganhando uma nova roupagem que, alinhada aos interesses do Estado e da Igreja, começa a oferecer cursos intensivos de formação social baseados na filantropia, porém, restrito apenas às mulheres de famílias tradicionais mais abastadas.

Diante desse panorama, o Serviço Social tradicional possuía uma perspectiva de caráter doutrinário mais do que científico, a prioridade era a adaptação do homem ao meio social, porém sob o viés individualista com a ausência de crítica e consciência de classe. Iamamoto ressalta que, “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 1992, p. 21). Nesse período, a profissão caracterizava-se, mais do que nunca, por um caráter moralizador, conservador e assistencialista.

Durante as décadas de 1940 e 1950, além do desenvolvimento e ampliação de instituições assistenciais, houve também a legitimação e institucionalização do Serviço

Social, enquanto categoria profissional assalariada. Contudo, a profissão não possuía uma identidade própria que respondesse às crescentes demandas sociais do país, sobretudo num contexto de desenvolvimento industrial e econômico que conseqüentemente culminava no crescimento do proletariado urbano, acarretando também o aumento e complexificação das expressões da questão social, cabendo ao poder público a responsabilidade de promover soluções para essa problemática.

Posteriormente, a profissão absorve influências europeias e norte-americanas ao longo da sua evolução, desde a influência da doutrina de Thomás de Aquino, neotomismo, à influência psicológica e o tecnicismo da cultura do Serviço Social americano, que introduziu o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. O comum dessas influências é que se constituíram, dialeticamente, subsídios para o desenvolvimento da profissão, contribuindo para seu avanço, mas, por outro lado, continuaram a impregnar a profissão do cariz conservador e positivista, tendo em vista que culpabilizavam o sujeito por sua condição, sem possuir uma visão macrosocial.

Nesse contexto, o fazer profissional baseado no tradicionalismo/conservadorismo começa a ser questionado, devido às suas incongruências e alcance de suas ações face às demandas sociais. Os estudos, aprofundamento e conhecimentos por meio da realização de cursos de pós-graduação e, sobretudo, a subversão advinda do aprimoramento intelectual impunha mudar os padrões teórico-metodológicos e técnico-operativos como estratégia de sobrevivência da própria profissão e das exigências sociais.

Ainda na década de 1960, surge nos países da América Latina, o Movimento de Reconceituação, que buscava reestruturar o Serviço Social sob um viés mais crítico, abandonando as influências europeias e norte-americanas e rompendo com o conservadorismo do Serviço Social tradicional. Havia também uma urgência em fazer com que a prática profissional das/os Assistentes Sociais fosse mais condizente com as demandas e a realidade social de cada país, através de métodos e técnicas mais próprios e específicos. Segundo Netto, esse movimento foi decisivo para a revisão crítica do Serviço Social no continente, “(...) é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’” (1991, p. 146).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social configura-se como um marco na trajetória da categoria profissional pois possibilitou uma crítica à organização da produção capitalista, às ideias conservadoras, tendo como base o arcabouço teórico baseado na teoria marxista, passando a se reconhecer enquanto classe trabalhadora e atuar na defesa de seus direitos e reivindicações.

Em paralelo às mudanças que marcam a trajetória do Serviço Social, as ações da Assistência Social foram concebidas conforme às transformações da profissão, de acordo com o contexto histórico da década de 1930 até 1980, ou seja, de forma filantrópica e fragmentada, sem ainda uma compreensão de totalidade social, mas sob a ótica do assistencialismo e caridade.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passaram a ser reconhecidas como direito, inseridas no sistema de Seguridade Social do Brasil, definidas como dever do Estado e direito dos cidadãos, como postula Souza (2009):

A ultrapassagem da assistência pensada sobre a lógica da caridade para a lógica do direito tem como marco legal a Constituição Federal de 1988. A carta constitucional, no título VIII, que trata da ordem social, ao estabelecer, pela primeira vez no Brasil, o modelo de seguridade social ancorado no tripé saúde, assistência social e previdência social, dá um importante passo na construção da cidadania, visto que concebe a assistência social, assim como a saúde, como política não-contributiva universal. (SOUZA, 2009, p. 29).

No entanto, mesmo com os avanços em relação aos direitos sociais, houve também grandes limites para efetivação de um sistema de proteção de caráter universal. Particularmente, nos últimos anos, a garantia desses direitos vem sendo marcada por modificações de caráter neoliberal, com ações restritivas que resultam na focalização, privatização e descentralização, provocando um retrocesso no que tange os direitos sociais e a implementação das políticas públicas.

Essas diretrizes governamentais resgataram práticas profissionais que não condizem com os avanços obtidos pela profissão, consistindo em ações imediatistas, sem relacionar necessariamente as diversas expressões da questão social, como o fenômeno da pobreza, com o processo de acumulação do modo de produção capitalista. Juntamente a isso, as diversas concepções de caráter conservador retomam práticas assistencialistas e clientelistas que, atualmente, precarizam a profissão, determinando seu retorno às práticas tradicionais.

A partir desses elementos, a pesquisa visa contribuir para a reflexão acerca das implicações do avanço do conservadorismo na profissão de Serviço Social, em específico, na política de assistência e, conseqüentemente, contribuir para um melhor fazer profissional das/os Assistentes Sociais, sobretudo considerando a atual conjuntura política que está atrelada a concepções divergentes das que pautam o exercício profissional do Serviço Social baseado em seu Projeto Ético-Político.

Nesse sentido, acerca do contexto político, econômico e social contemporâneo, compreende-se que, com a ascensão do espectro político conservador, no âmbito nacional e global, o Brasil encontra-se submerso em uma crise política e econômica, de acirramento da luta de classes, numa conjuntura desfavorável à classe trabalhadora e

que resulta no desmonte das políticas sociais. Sendo assim, faz-se necessário uma análise crítica a respeito dos desafios que essas problemáticas acarretam à realidade social do país, da mesma maneira que é significativo averiguar o posicionamento dos/as Assistentes Sociais em relação a essas questões.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conservadorismo possui diversas perspectivas conceituais, contudo, é necessário elucidar termos gerais do significado do termo. Koselleck (2012) afirma que, sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade. Tampouco não pode haver um espaço de unidade de ação política. Sendo assim, de forma geral, o conservadorismo é uma corrente de pensamento político e filosófico que visa a promoção e manutenção da estrutura social tradicional dos valores, práticas e instituições como família nuclear, dogmas religiosos cristãos, entre outros, que são antagônicos aos movimentos revolucionários e progressistas. Esse debate ganhou centralidade na contemporaneidade no Brasil, sobretudo no âmbito político, estreitamente ligado aos segmentos mais conservadores

No contexto brasileiro, a origem do conservadorismo na esfera política remete ao processo de independência do país, com a agenda liberal e conservadora adotada pelos Luzias e Saquaremas respectivamente, no cenário imperial. As duas vertentes partidárias, apesar de contrárias, possuíam alguns pontos em comum, especialmente voltados à manutenção da monarquia e da escravidão no país, influenciadas pela herança portuguesa e pelo catolicismo. É importante ressaltar que o Partido Conservador dos Saquaremas, que governou em contrapeso ao Partido Liberal dos Luzias, possuía uma perspectiva política alinhada às conceituações de Edmund Burke, filósofo irlandês, considerado o pai do conservadorismo clássico.

Considerando que o influxo de tendências conservadoras e do conservadorismo adentra nos mais diversos setores sociais, econômicos e culturais é notória essa influência também no âmbito profissional. Sendo o Serviço Social uma profissão atrelada às instituições sociais, essas tendências repercutem consideravelmente durante toda trajetória histórica da profissão.

Mesmo que hoje a profissão busque desenvolver um caráter crítico, sociopolítico e interventivo, vinculado teórica e metodologicamente ao marxismo, o reacionarismo presente no país em confronto aos avanços progressistas impõe a agenda do capital e o modelo neoliberal, violando direitos sociais. Tal panorama de retrocessos torna-se terreno para uma mudança de perfil, ou por assim dizer, uma linhagem de profissionais que se assemelham ao Serviço Social da década de 1930, de caráter disciplinador com práticas conservadoras, estritamente ligadas à igreja Católica e tendo como perspectiva

a ótica da burguesia juntamente com o Estado, com influências higienistas e neotomistas.

Tendo em vista que o tradicionalismo se adapta às mudanças de acordo com os processos históricos, o conservadorismo não possui características universais fixas. Por exemplo, no período da Revolução Francesa, Edmund Burke (1982), considerado o pai do conservadorismo moderno, possuía ideais políticos calcados na tradição cristã, que estavam associados à manutenção dos princípios tradicionais e morais, em oposição à ideia de progresso guiado pela razão dos outros filósofos nesse período. Sua contrariedade diante das mudanças progressistas e radicais relacionava-se ao que considerava enormes perdas dos antigos costumes e regras de vida, nessas circunstâncias não iria existir algo que guiasse os indivíduos. O autor cita a Europa como exemplo de prosperidade antes da Revolução Francesa e afirma que tal progresso seria decorrente dos costumes e opiniões tradicionais que tiveram uma ação benéfica naquela sociedade.

É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras de vida. A partir desse momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a qual porto nos dirigiu. A Europa, considerada em seu conjunto, estava sem dúvida em uma situação florescente quando a Revolução Francesa foi consumada. Quanto daquela prosperidade não se deveu ao espírito de nossos costumes e opiniões antigas não é fácil dizer; mas, como tais causas não podem ter sido indiferentes os seus efeitos, deve se presumir que, no todo, tiveram uma ação benfazeja (BURKE, 1982, p.102).

Fazendo um breve esboço do que seria o conservadorismo clássico surgido no período moderno, esse se caracteriza como uma reação política e ideológica que vai contra os progressos oriundos do desenvolvimento e transformações provocadas pela modernidade. Tendo como ponto de partida que fundamenta historicamente esse cenário, a complexificação das contradições do sistema capitalista e o desenvolvimento das relações de produção acarretaram mudanças significativas nos diversos setores sociais, institucionais e culturais. Segundo Netto (2011), esse processo ocorreu através de transformações substantivas no percurso histórico, algumas de suas características iniciais permaneceram, outras foram impulsionadas e algumas revertidas, bem com surgiram características novas após sua gênese. No conservadorismo clássico, as reformas são tidas como modificações que estão estritas aos limites do tradicionalismo e funcionam como estratégias de precaução para evitar situações revolucionárias. Essas mudanças devem ser localizadas, específicas, transitórias e pontuais, ideia antagônica a tradição marxista.

Sob um ponto de vista mais amplo, a ação política dos conservadores tinha como princípio a defesa de determinadas características institucionais do Antigo Regime (NISBET, 1987), especialmente as que possuíam relação com o princípio de autoridade.

É nesse contexto que estão situadas as postulações de Edmund Burke e outros pensadores do conservadorismo clássico. Nesse período histórico existia uma unidade do pensamento filosófico, político e econômico, pois a fragmentação dos saberes proveniente da academia ainda não tinha se completado. O positivismo também contribuiu para impulsionar e modificar os ideais conservadores, pois os alinhou com a sociedade capitalista consolidada, no foco das disputas políticas dos conservadores, passando de anti burguesas para anti proletárias, no âmbito da Sociologia Clássica.

Fazendo uma breve análise histórica do Brasil é possível constatar que o conservadorismo está estritamente associado às bases históricas da construção de nossa sociedade pois sempre houve uma linha conservadora nos aspectos sociais, econômicos e políticos, pautada na doutrinação cristã, no favorecimento da burguesia, incorporando uma visão que favorece a hierarquia no âmbito social e de apoio a uma agenda liberal na economia.

A desigualdade é expressão de um conservadorismo desde o período escravocrata, sendo o Brasil o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1888. A desigualdade é um fator que ajuda a explicar o conservadorismo atual, o Brasil possui uma complexidade de interesses que se evidenciam na insatisfação das classes sociais mais altas que se sentem ameaçadas pela ascensão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais populares. Isso cria uma exacerbação dos ideais conservadores, com o endosso da burguesia a favor de lideranças autoritárias e conservadoras.

O avanço da política promovida pela extrema direita determina o distanciamento da classe trabalhadora de uma consciência política e dificulta a luta de classe. Além disso, a apropriação dos meios de comunicação em massa por parte da burguesia, que dissemina informações parciais e remodeladas aos seus interesses contribui para construção de discursos adotados pela classe trabalhadora, mas que não a contemplam. Outro fator acentuado é o crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil que enfatizam ideias extremamente conservadoras, e estão estritamente ligadas à política no Brasil. Tendo em vista que grande parcela dos frequentadores dessas igrejas é da classe trabalhadora, torna-se o momento propício para a ascensão do conservadorismo no país.

Essas tendências se fortaleceram no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional em meados de 2014. A crise política, econômica e social criou um cenário perfeito para que a extrema direita conseguisse implementar cada vez mais sua agenda conservadora, junto a isso o impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi o evento que impulsionou ainda mais esse giro político rumo à direita. Contudo, ao analisarmos

com cautela o panorama político internacional, podemos observar que a crise no contexto brasileiro é parte de uma engrenagem global atrelada ao avanço do capitalismo maduro e de um reordenamento da direita.

A extrema direita se organiza contra o Estado Democrático de Direito, renovando rapidamente seus quadros públicos que atuarão de acordo com a agenda conservadora. É possível observar que esse cenário repercute também dentro das categorias profissionais, através de privatizações, terceirizações, cortes de direitos sociais, reformas e muitas vezes a influência de rearranjos ideológicos, especialmente em categorias de caráter sociopolítico, como o Serviço Social. Sendo assim, se faz necessário problematizar como isso se expressa no trabalho das/os Assistentes Sociais, especialmente dentro da política de Assistência Social.

A profissão de Serviço Social possui hoje um amplo acúmulo de estudos e conhecimentos sobre as determinações políticas, econômicas e culturais que lhe conferem substância, bem como a crítica ao conservadorismo, estabelecida desde seu processo de renovação. Todo esse arcabouço teórico contribui para uma demanda objetiva que é em defesa e consolidação da direção social do Projeto Ético-Político da profissão. Outro pressuposto importante é o patamar de problematização já acumulado pelo Serviço Social no Brasil acerca do conservadorismo. Essa defesa antagônica ao movimento histórico da burguesia demanda a explicitação e a crítica, teórica e política do conservadorismo, tanto em suas expressões sócios-históricas, quanto em suas características inseridas dentro do âmbito profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa adota como método de conhecimento o materialismo histórico-dialético concebido por Marx (NETTO, 2011), que tem como objetivo compreender a realidade a partir da visão de totalidade, como também suas implicações históricas. Em consonância com o método escolhido, a Política de Assistência Social será analisada visando compreender as contradições existentes, entendendo-a como resposta à luta da classe trabalhadora pela efetivação e garantia de direitos e como tem sido contraposta pela ofensiva neoliberal, que responsabiliza o indivíduo pela sua reprodução e prioriza o crescimento econômico em detrimento do social.

A metodologia pensada parte de uma pesquisa de natureza qualitativa, de modo exploratório, bibliográfico e documental. A pesquisa exploratória objetiva maior familiaridade com o problema ao torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses (GIL, 2008). A partir disso, para a construção teórico-metodológica, serão realizadas leituras

bibliográficas (livros, artigos e sites) e análise de documentos referentes ao tema proposto.

No sentido de gerar elementos para reflexão e proporcionar subsídios que constituem objetivos e análise desse estudo, vem sendo realizadas entrevistas estruturadas com as/os profissionais do espaço sócio ocupacional da profissão, quinze Assistentes Sociais atuantes na política de Assistência Social. Para a análise da informação coletada, selecionamos os seguintes eixos, a partir de sua correlação com a dinâmica do cotidiano profissional da/o assistente social: Eixo 1: Assistência Social como direito; Eixo 2: Normatização da Política (aparatos legais); Eixo 3: Financiamento e Pacto Federativo; Eixo 4: Proteção Social; Eixo 5: Métodos e técnicas (instrumentalidade); Eixo 6: Participação e controle social; Eixo 7: Gestão do trabalho dos(as) Assistentes Sociais; Eixo 8: Usuários da Política de Assistência Social.

RESULTADOS

Com relação aos resultados parciais, para uma melhor compreensão acerca das metodologias e tendências caracterizadas na política de Assistência Social, sob a ótica dessas/es Assistentes Sociais, é possível avaliar que existe um perfil similar entre os profissionais, em geral, norteados pelo Código de Ética profissional, dentro dos parâmetros impostos pelas gestões do espaço de atuação profissional. Todavia, é possível observar que há resquícios do conservadorismo. Conforme surgem as demandas, os profissionais são levados a reproduzir uma lógica gerencialista dentro da área de atuação, tornando-a imediatista, tecnocrática, burocrática e com poucos espaços para reflexão da prática.

Em suma, as/os entrevistadas/os compreendem que a profissão em seu processo de constituição se configurava como estratégia de controle social necessária para ampliação e consolidação do sistema capitalista. Posteriormente, a ruptura com o modelo tradicional possibilitou a reconfiguração da profissão e construção de um Projeto Ético-Político que apresenta novas formas de se contrapor ao capitalismo.

No que diz respeito às concepções metodológicas do trabalho profissional das/os Assistentes Sociais, como formas de enfrentamento aos paradigmas do modo de produção capitalista, as/os entrevistados compreendem que a profissão se posiciona contra os ditames do capital e à sua naturalização da coisificação das relações sociais e a exploração do homem pelo homem, a partir do tensionamento entre capital e trabalho, se colocando, com base num projeto profissional, contra hegemonia da sociabilidade burguesa. Contudo, salienta-se que a categoria profissional das/os

Assistentes Sociais, por ser constituída por sujeitos que possuem condições objetivas e subjetivas heterogêneas no entorno das relações sociais dentro do sistema capitalista, podendo assumir posturas e direcionamentos profissionais divergentes, de acordo com cada opção ético-política. Sendo assim, é necessário enfatizar o preparo teórico-metodológico e ético-político pautado nas diretrizes da profissão, no fortalecimento do Projeto Ético-Político, considerando as implicações da defesa de direitos na perspectiva da emancipação nos espaços de intervenção profissional.

De acordo com as/os profissionais entrevistados, foi possível perceber que possuem alinhamento com o Projeto Ético-Político da profissão, tendo como documento norteador o Código de Ética do Assistente Social, basilar do fazer profissional. O documento traz elementos e princípios fundamentais, como o reconhecimento e respeito à diversidade, a defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia e da socialização dos bens produzidos, a busca pela universalidade de acesso aos direitos das classes trabalhadoras, bem como, a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, com um compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual (BRASIL, 2012). Contudo, a depender das demandas, exigências e dos trâmites que são postos no cotidiano profissional, as/os Assistentes Sociais encontram dificuldades em orientar o seu fazer profissional estritamente pelas diretrizes do ideário profissional. Sendo assim, é possível que ocorra ações imediatistas, orientados por uma lógica/rotina/modelo gerencialista, que não permite muitos espaços para a reflexão da prática profissional e do processo de trabalho.

As/os entrevistados expressaram um profundo incomodo acerca da como a Política de Assistência Social é considerada pelas esferas federal, estadual e municipal, indagando a relevância e a prioridade que se tem a respeito da sua efetivação, frisando a importância de Política de Assistência Social enquanto política de direito e dever estatal. Foram feitas críticas também a respeito de como os documentos norteadores da profissão, apesar de possuírem um vasto arcabouço crítico e teórico, não são respeitados em sua integralidade na prática, especialmente por possuir impasses externos objetivos. Por exemplo, a escassez de concursos públicos, a flexibilização de contratos de trabalho, etc. Problemáticas essas que não são estritas a profissão de Serviço Social, mas um fator macrossocial que afeta diversas profissões, apesar do histórico de sucateamento da área e de como tem sido trabalhada a perspectiva de política de assistência enquanto direito, em especial na conjuntura de crise política, econômica e social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a intenção de continuidade da pesquisa, tendo em vista a sua complexidade e emergência diante do cenário político e social do país, propôs-se nesse artigo sumarizar e refletir sobre os dados já coletados, como o surgimento do Serviço Social no país e sua trajetória sócio histórica, compreender o processo de renovação crítica da profissão, abordar como o conservadorismo se insere na esfera política e social e como rebate no campo das políticas sociais atualmente.

Nesse sentido, com a finalidade de contribuir para o debate a partir de uma perspectiva crítica, é relevante realizar uma reflexão acerca da importância do alinhamento do fazer profissional do Serviço Social pautado nas diretrizes do Projeto Ético-Político e do ideário da profissão, para que as/os profissionais possam lutar pela defesa dos direitos sociais e pela problematização das diversas expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acessado em 22 mai. 2019.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- FORTI, V; GUERRA, Y. (org.). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.
- NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>gt;>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando o debate. In: Ilma Rezende; Ludmila Fontenele Cavalcante. (Org.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, v.1, p.83-99.